Nota Técnica

Nº 92

Disoc
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Fevereiro de 2021

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM DUAS RECESSÕES: ANÁLISE DO PERÍODO 2015-2016 E DA PANDEMIA DE COVID-19

Carlos Henrique Corseuil
Maíra Franca
Gabriela Padilha
Lauro Ramos
Felipe Russo

ipea

Nota Técnica

Nº 92

Disoc
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM DUAS RECESSÕES: ANÁLISE DO PERÍODO 2015-2016 E DA PANDEMIA DE COVID-19

Carlos Henrique Corseuil
Maíra Franca
Gabriela Padilha
Lauro Ramos
Felipe Russo

ipea

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação (substituto)
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Nota Técnica

Nº 92

Disoc
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

Fevereiro de 2021

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM DUAS RECESSÕES: ANÁLISE DO PERÍODO 2015-2016 E DA PANDEMIA DE COVID-19

Carlos Henrique Corseuil
Maíra Franca
Gabriela Padilha
Lauro Ramos
Felipe Russo

ipea

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Henrique Corseuil
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Maíra Franca
Pesquisadora na Disoc/Ipea.

Gabriela Padilha
Pesquisadora na Disoc/Ipea.

Lauro Ramos
Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea.

Felipe Russo
Consultor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), lotado na Disoc/Ipea.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ntdisoc92

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.
Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

2 OS AJUSTES ENTRE OCUPADOS, DESEMPREGADOS E INATIVOS 7

3 OS AJUSTES NA OCUPAÇÃO DE ACORDO COM O STATUS DE FORMALIZAÇÃO 11

4 OS AJUSTES NA OCUPAÇÃO POR SETOR 13

5 OS AJUSTES DA OCUPAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES 15

6 OS AJUSTES NO RENDIMENTO E NA JORNADA DE TRABALHO 17

7 RESUMO E CONCLUSÕES 19

REFERÊNCIAS 20

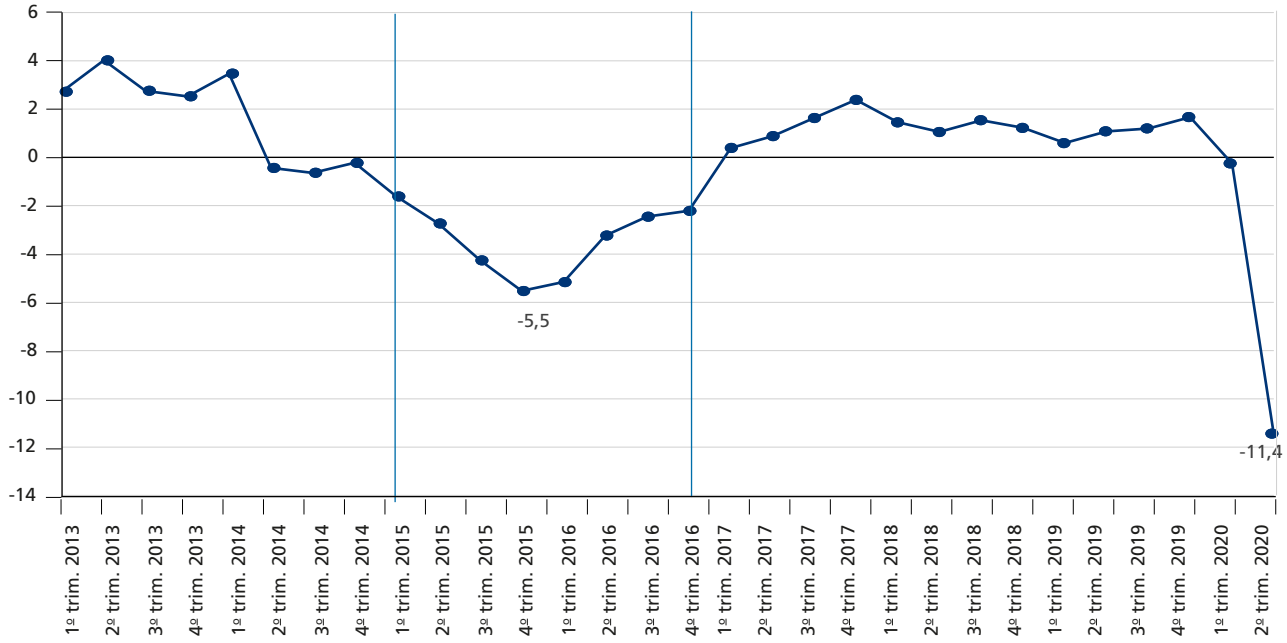
1 INTRODUÇÃO

A partir do segundo trimestre de 2014, o produto interno bruto (PIB) brasileiro passou por onze trimestres consecutivos de crescimento negativo, atingindo seu menor valor no quarto trimestre de 2015, uma queda de 5,5%, e apenas no começo de 2017 passou novamente a apresentar alguma expansão. Em fevereiro de 2020, os primeiros casos do novo coronavírus foram detectados no Brasil e, em março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o quadro de pandemia. As medidas adotadas pelos entes nacionais e entidades privadas para estimular o isolamento social e combater a infecção incluíram restrição de viagens, fechamento de escolas e comércio, restrição a atividades produtivas e, nos casos mais extremos, *lockdowns* com restrição a movimentação da população. Essas medidas tiveram grande impacto na atividade econômica e, em particular, no mercado de trabalho.

O gráfico 1, que apresenta as variações anuais do PIB trimestral, mostra como a crise do novo coronavírus rapidamente resultou em uma queda da economia agregada em níveis inéditos, inclusive abaixo da recessão anterior.

Este estudo procura analisar os ajustes do mercado de trabalho em meio a essas duas retrações, tentando estabelecer similaridades e diferenças entre os ajustes observados nas crises anterior e mais recente. Para tanto, serão usados diversos indicadores de trabalho, construídos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), também produzida por essa secretaria.

GRÁFICO 1
Variação do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (2013-2020)
(Em %)



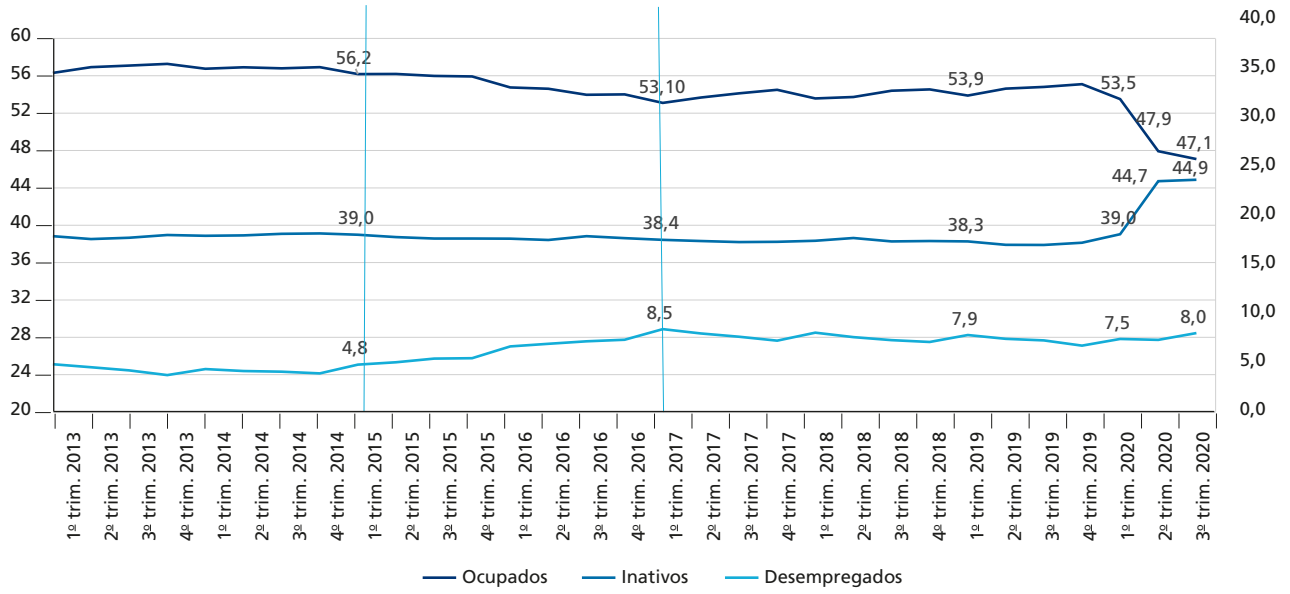
Fonte: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais/IBGE.

O texto é dividido em sete seções, incluindo esta introdução. A segunda seção relata a evolução dos três estados do indivíduo em relação ao mercado de trabalho (ocupado, desocupado e inativo) ao longo do período de análise. A terceira expande essa análise ao diferenciar a ocupação entre formal e informal. Por sua vez, na quarta seção, trabalhadores são agrupados de acordo com seu setor de atividade econômica para se observar uma possível heterogeneidade nas respectivas respostas às crises analisadas. Na quinta, os trabalhadores são desagregados de acordo com algumas características individuais, tais como gênero, idade, escolaridade. A sexta seção foca a evolução dos rendimentos do trabalho e da jornada de trabalho no período coberto pelo texto, e, por fim, a sétima seção apresenta o resumo e as conclusões do estudo.

2 OS AJUSTES ENTRE OCUPADOS, DESEMPREGADOS E INATIVOS

A recessão de 2015 e 2016, com duas quedas anuais consecutivas do PIB de 3,8% e 3,6%, respectivamente, trouxe reflexos significativos para o mercado de trabalho. Nesse período, verificou-se uma redução considerável de 3,1 pontos percentuais (p.p.) na parcela de ocupados na população em idade ativa (PIA), que era de 56,2% no primeiro trimestre de 2015 e foi para 53,1% no primeiro trimestre de 2017, como retratado no gráfico 2. A contrapartida para essa redução na parcela de ocupados se deu pelo aumento da parcela de desempregados na PIA, que passou de 4,8% no primeiro trimestre de 2015 para 8,5% no primeiro trimestre de 2017, o maior valor da série histórica. Nesse período, a população fora da força de trabalho (inativos) se manteve relativamente estável, em torno da média de 38,5%.

GRÁFICO 2
Proporção de ocupados, desocupados e inativos na população em idade ativa (2013-2020)
(Em %)



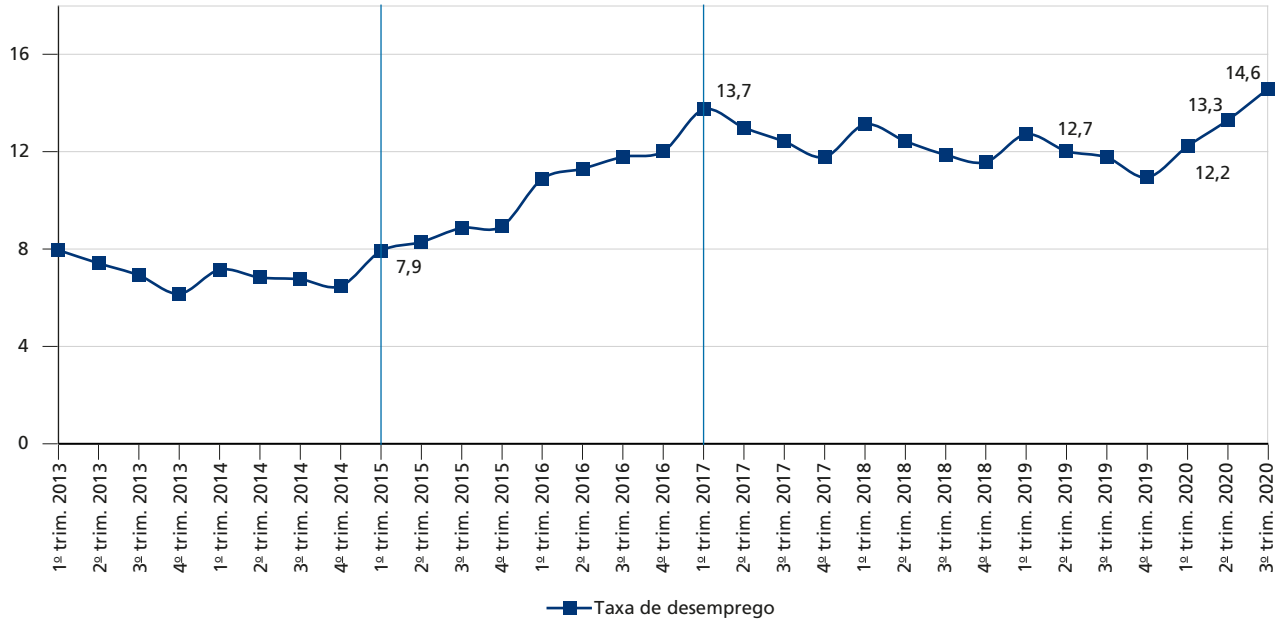
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Em 2020, a queda na ocupação foi bem mais intensa e concentrada em um período mais curto, ao menos até a publicação desta nota técnica. A proporção de ocupados na PIA, que era de 53,5% no primeiro trimestre de 2020, atingiu 47,1% no terceiro trimestre, uma queda de 6,4 p.p. em apenas dois trimestres. Essa queda da ocupação é algo sem precedentes no período coberto pela PNAD Contínua.

A contrapartida da queda acentuada da taxa de ocupação durante a pandemia foi o aumento na proporção de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho, que subiu de 39% no primeiro trimestre de 2020 para 44,9% no terceiro trimestre do mesmo ano. Já a proporção de desempregados na PIA apresentou um crescimento mais modesto de 0,5 p.p. no mesmo período, chegando ao valor de 8% no terceiro trimestre de 2020.

Vale destacar que a parcela de desempregados na população em idade ativa atingiu o seu valor máximo no primeiro trimestre de 2017, 8,5%. No entanto, quando se observa a taxa de desemprego, que é medida pela proporção de desempregados em relação à força de trabalho (que congrega ocupados e desocupados), verifica-se que o valor máximo da série, 14,6%, ocorreu no terceiro trimestre de 2020 (gráfico 3). Por um lado, esse pico histórico da taxa de desemprego resulta do fato de a crise do coronavírus atingir um mercado de trabalho já marcado por altas taxas de desemprego. Aliado a isso temos como marca registrada da crise da pandemia uma drástica redução da população na força de trabalho. Assim, o contingente de desempregados no terceiro trimestre de 2020, de cerca de 14 milhões, é dividido por uma força de trabalho menor, o que contribui para elevar a taxa de desemprego.

GRÁFICO 3
Evolução da taxa de desemprego (2013-2020)
(Em %)

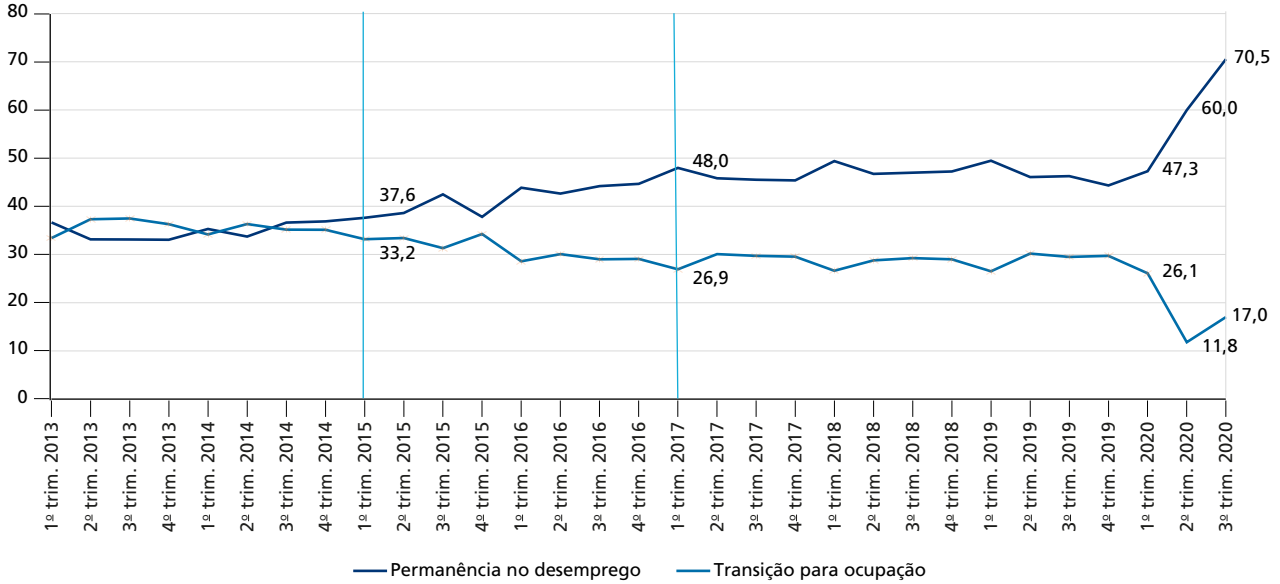


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

O gráfico 4 revela que, nas duas recessões, um dos fatores determinantes para elevação da taxa de desemprego foi o aumento expressivo da permanência no estado de desemprego. A proporção de pessoas que estavam em busca de emprego num trimestre e que se mantiveram desempregadas no trimestre seguinte subiu de 37,6% no primeiro trimestre de 2015 para 48% no primeiro trimestre de 2017. Em compensação, o fluxo de saída do desemprego para a ocupação se reduz de 33,2% para 26,9% no mesmo período.

Os fluxos de permanência no desemprego e transição do desemprego para ocupação se mantiveram no mesmo patamar de 2017 a 2019. A chegada do coronavírus em 2020 intensificou ainda mais o prosseguimento no desemprego, que chegou a 70,5% no terceiro trimestre de 2020, ou seja, mais de dois terços da população desempregada num trimestre não conseguiu uma ocupação no trimestre seguinte e se manteve na condição de desempregada. O fluxo de saída do desemprego para ocupação apresentou uma redução brusca no segundo trimestre de 2020, quando chegou a 11,8%; porém, no trimestre seguinte, apresentou recuperação, indo para 17%.

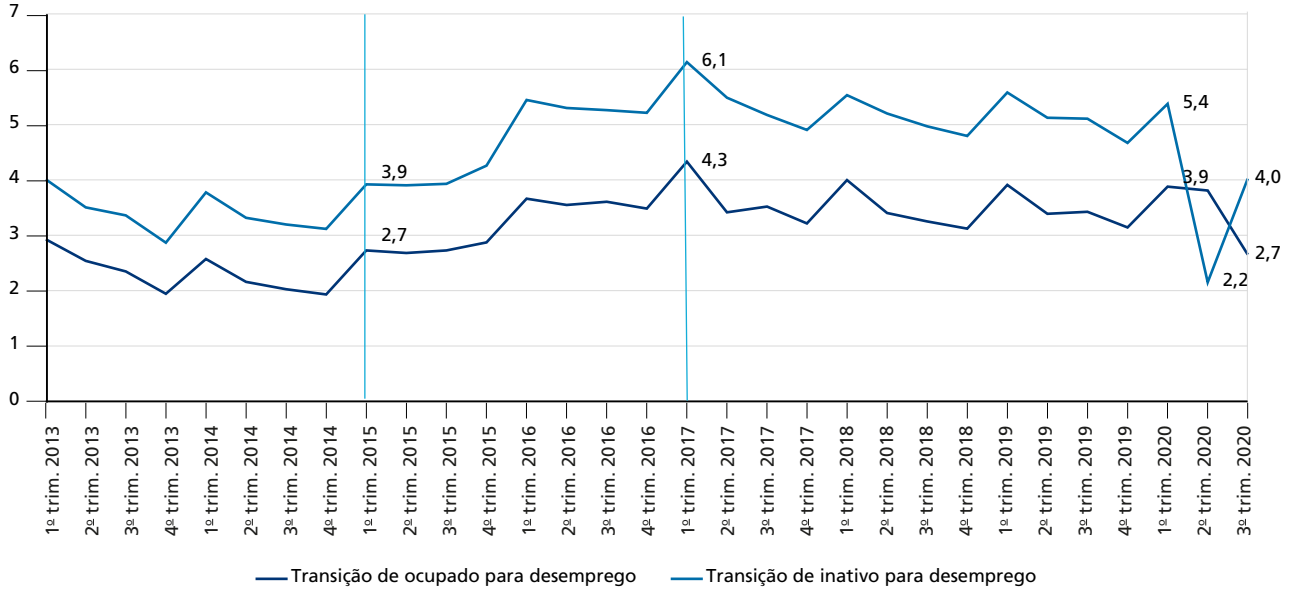
GRÁFICO 4
Transição dos desocupados de um trimestre para outro (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

O gráfico 5 mostra que uma diferença marcante entre as duas recessões é que em 2015-2016 os fluxos de entrada no desemprego – tanto os provenientes da ocupação quanto os da inatividade – contribuíram para elevar o número de desempregados. A transição de ocupados para desempregados aumentou de 2,7% para 4,3%, e o fluxo de inativos para o desemprego aumentou de 3,9% para 6,1% entre o primeiro trimestre de 2015 e o primeiro trimestre de 2017. Por sua vez, no período da pandemia, o fluxo de entrada no desemprego proveniente da inatividade apresentou uma redução brusca entre o primeiro trimestre e o segundo trimestre de 2020, chegando a 2,2%. Esse fato está, claro, relacionado à baixa expectativa de se encontrar emprego no cenário de pandemia, o que é corroborado pela queda na transição de ocupação para desemprego.

GRÁFICO 5
Fluxos de entrada no desemprego após um trimestre (2013-2020)
(Em %)

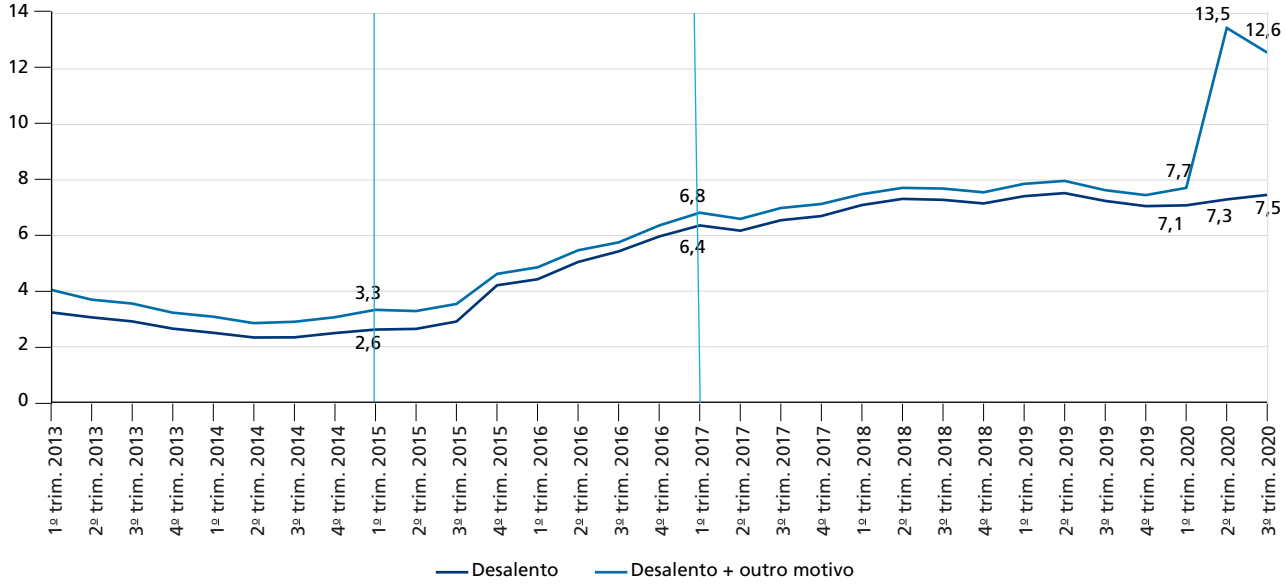


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Com a interrupção das atividades econômicas e o fechamento de milhares de vagas de emprego, era esperado que aumentasse a parcela de pessoas na condição de desalento,[1] isto é, que não estavam ocupadas e que, apesar de estarem disponíveis para trabalhar, não procuraram emprego por considerarem muito pouco provável o sucesso na procura. O gráfico 6 revela que esse aumento de fato ocorreu na recessão de 2015-2016, quando a parcela da PIA nessa condição de desalentado passa de 2,6% para 6,4%. No que diz respeito ao período da pandemia, à primeira vista, os dados da PNAD Contínua indicam não ter ocorrido um aumento expressivo na parcela de desalentados, que passa de 7,1% no primeiro trimestre de 2020 para 7,5% no terceiro trimestre de 2020, como mostra a linha de baixo no gráfico 6.

1. De acordo com IBGE (2020), os desalentados são as pessoas fora da força de trabalho na semana de referência que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir emprego no período de referência por: i) não ter conseguido trabalho adequado; ii) não ter experiência profissional ou qualificação; iii) não haver trabalho na localidade em que residia; ou iv) não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso.

GRÁFICO 6
Evolução do percentual de desalentados (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

É possível, todavia, que o aumento do desalento decorrente da pandemia seja maior. Os dados da PNAD Covid-19 do IBGE revelam que, em maio e junho de 2020, cerca de 24% da população fora da força de trabalho declarou não ter buscado trabalho especificamente devido à pandemia (por motivos de isolamento, quarentena ou distanciamento social) ou por não haver trabalho na localidade, embora gostariam de ter trabalhado na semana de referência.[2,3]

3 OS AJUSTES NA OCUPAÇÃO DE ACORDO COM O STATUS DE FORMALIZAÇÃO

A variação trimestral da população ocupada geral e da população ocupada informal é apresentada no gráfico 7.[4] O emprego informal não apresentou variação muito distinta daquela vista para o total de ocupados na maior parte da recessão de 2015-2016. O que chama mais atenção nesse sentido é a recuperação mais forte do emprego no segmento informal a partir de 2017, ou seja, no ponto de inflexão que marca o fim da crise. Fenômeno semelhante ocorre no terceiro trimestre de 2020, quando o mercado de trabalho já dava alguns sinais de recuperação. Nesse momento, a ocupação informal crescia 1,7%, enquanto o total de ocupados caía 1,1%.

Esse resultado é condizente com aqueles destacados por uma nova vertente da literatura de mercado de trabalho e ciclos econômicos, mostrando que a recuperação do emprego nesses momentos de inflexão ao fim de um período recessivo tende a ser concentrada em postos de baixa produtividade.[5]

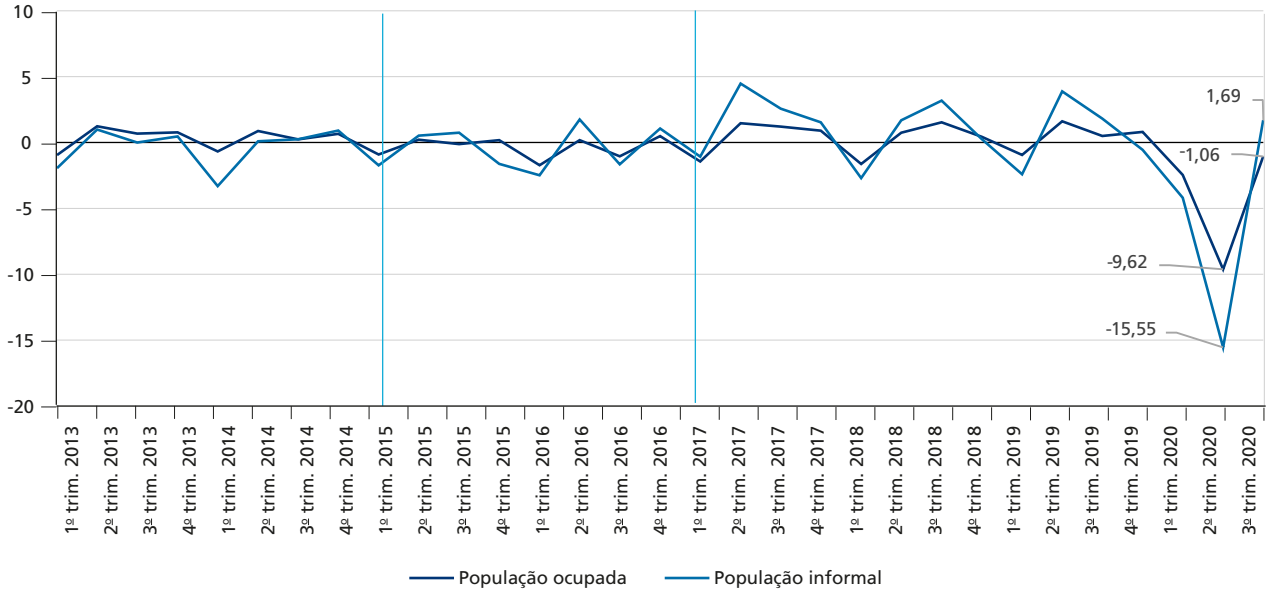
2. Mais informações em: <https://bit.ly/371hR3L>.

3. A PNAD Contínua não inclui, em seu questionário, a pandemia como uma justificativa para se desistir de buscar trabalho no período de referência. Além daqueles que não buscaram trabalho por não ter experiência profissional ou qualificação, por ser considerado muito jovem ou por não haver trabalho na localidade, existe uma categoria residual para "outros motivos não especificados", mas não é claro que tal categoria esteja captando os efeitos da pandemia na sua íntegra.

4. São consideradas trabalhadores informais as pessoas ocupadas, empregadas sem carteira de trabalho e conta própria que não contribuem para instituto oficial da previdência.

5. Ver, a esse respeito, Moscarini e Postel-Vinay (2012).

GRÁFICO 7
Variação trimestral da população ocupada, total e na informalidade[1] (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.
Nota: [1] Trabalhadores sem carteira e conta própria sem previdência.

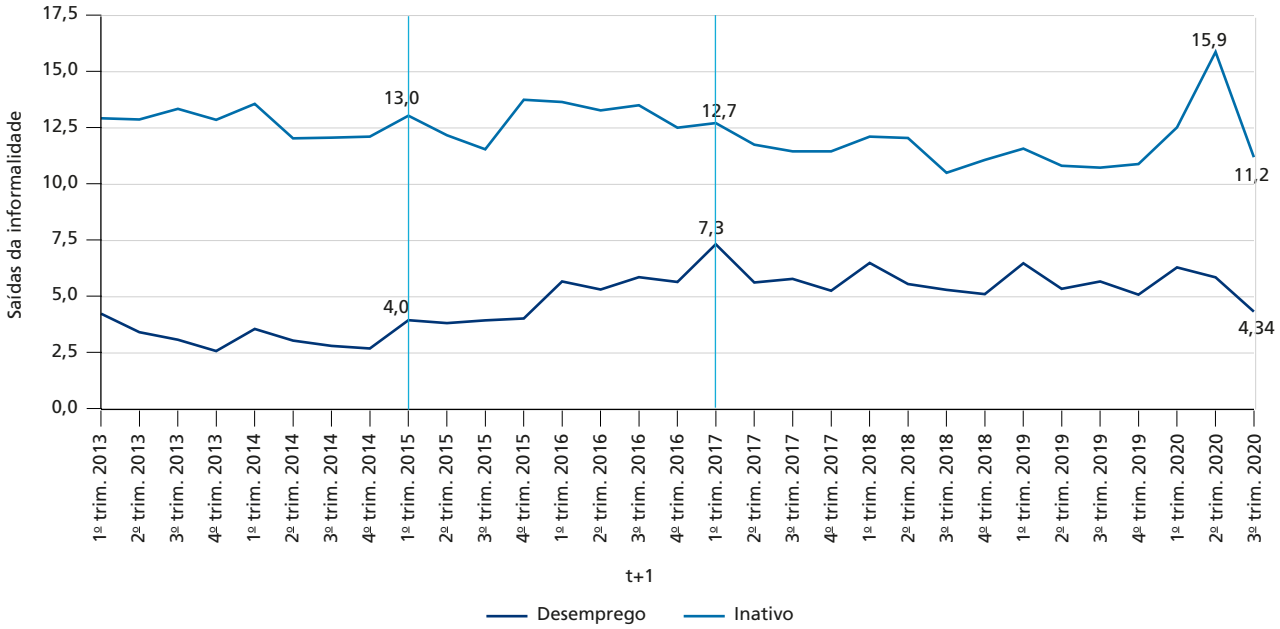
Os gráficos 8 e 9 mostram as porcentagens da população que transitam de um estado de ocupação para outro, de um trimestre para o seguinte. O referido aumento da população ocupada informal a partir de 2017 é causado pela combinação de uma queda na saída de trabalhadores nesse estado e uma estabilidade na entrada de trabalhadores para esse estado.

A queda no fluxo de trabalhadores que saem de ocupações informais ocorre sobretudo para os trabalhadores que teriam como destino os estados de inatividade ou desemprego, conforme mostra o gráfico 8. A transição da informalidade para inatividade que era 12,7% no primeiro trimestre de 2017 caiu para 11,6% no primeiro trimestre de 2019, e a saída de uma ocupação informal para o desemprego que era 7,3% passou para 6,5% nesse mesmo período.

Além disso o gráfico 9 mostra como o fluxo de entrada para o trabalho informal permanece estável no período entre os primeiros trimestres de 2017 e 2019. A transição da desocupação para o trabalho informal permanece em torno de 20% enquanto a entrada a partir da inatividade fica em torno de 6%.

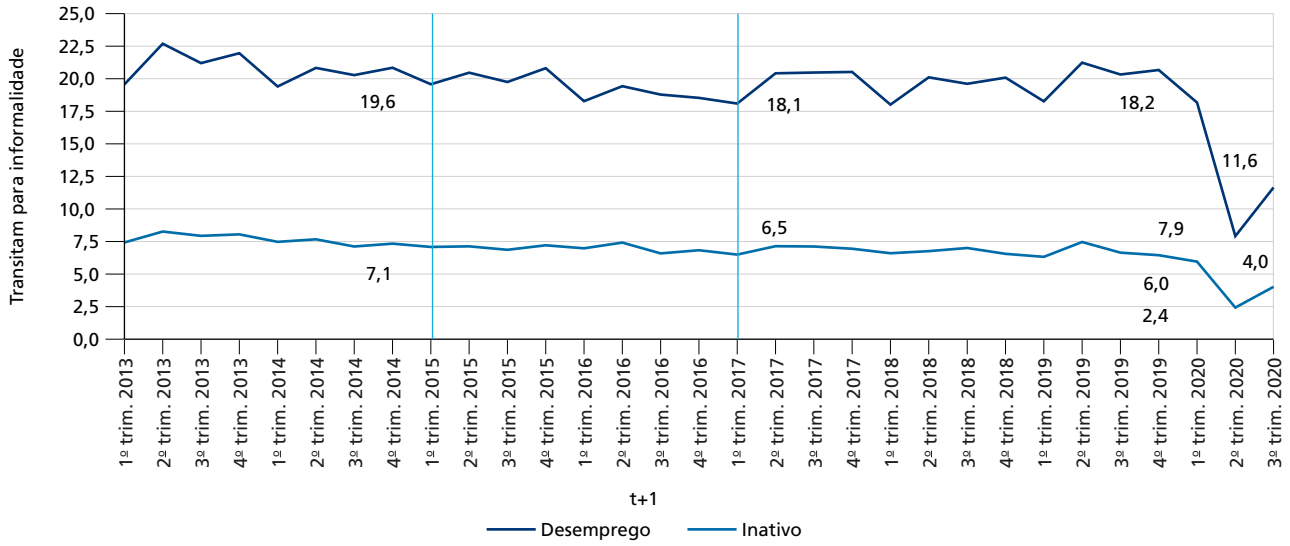
O aumento da ocupação informal no terceiro trimestre de 2020 também tem como fator preponderante quedas nos fluxos de trabalhadores vindos ou do desemprego ou da inatividade e que teriam como destino alguma ocupação informal, fato que fica bem evidente no gráfico 8.

GRÁFICO 8
Porcentagem de trabalhadores informais que transitam para não ocupação, por trimestre
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

GRÁFICO 9
Porcentagem de inativos e desocupados que transitam para informalidade, por trimestre
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

4 OS AJUSTES NA OCUPAÇÃO POR SETOR

O gráfico 10, que apresenta a variação interanual, para os terceiros trimestres, da população ocupada por setores de atividade, mostra que os impactos sobre o emprego setorial foram distintos nas duas crises, segundo a PNAD Contínua. Em linhas gerais, a recessão mais recente afetou um número maior de setores e de forma mais contundente.

Nos terceiros trimestres de 2015 e 2016, os setores mais afetados foram administração pública, indústria geral e serviços de informação. Por sua vez, no terceiro trimestre de 2020, todos os setores tiveram variação interanual negativa na população ocupada, com exceção da administração pública (2,25%) e da saúde (3,84%) – provavelmente estimulados pelas contratações temporárias para o combate ao vírus. Os dois segmentos mais afetados foram os de alojamento e alimentação e de trabalho doméstico, que apresentaram quedas de 29,9% e 26,5%, respectivamente, sendo que não haviam sofrido contração na crise anterior. As medidas de distanciamento social e os *lockdowns* claramente afetam o setor de restaurantes e hotéis, enquanto restrições ao deslocamento e queda nos rendimentos domiciliares ajudam a explicar a grande queda nos serviços domésticos.

Além destes dois, outros setores emblemáticos para diferenciar os impactos setoriais no emprego nas duas crises foram o de transporte, armazenamento e correios, o de educação e o setor de comércio. Ainda que com perdas menores que os dois primeiros segmentos destacados anteriormente – restaurantes e hotéis e serviços domésticos –, esses segmentos não haviam experimentado retração de monta na crise de 2015-2016.

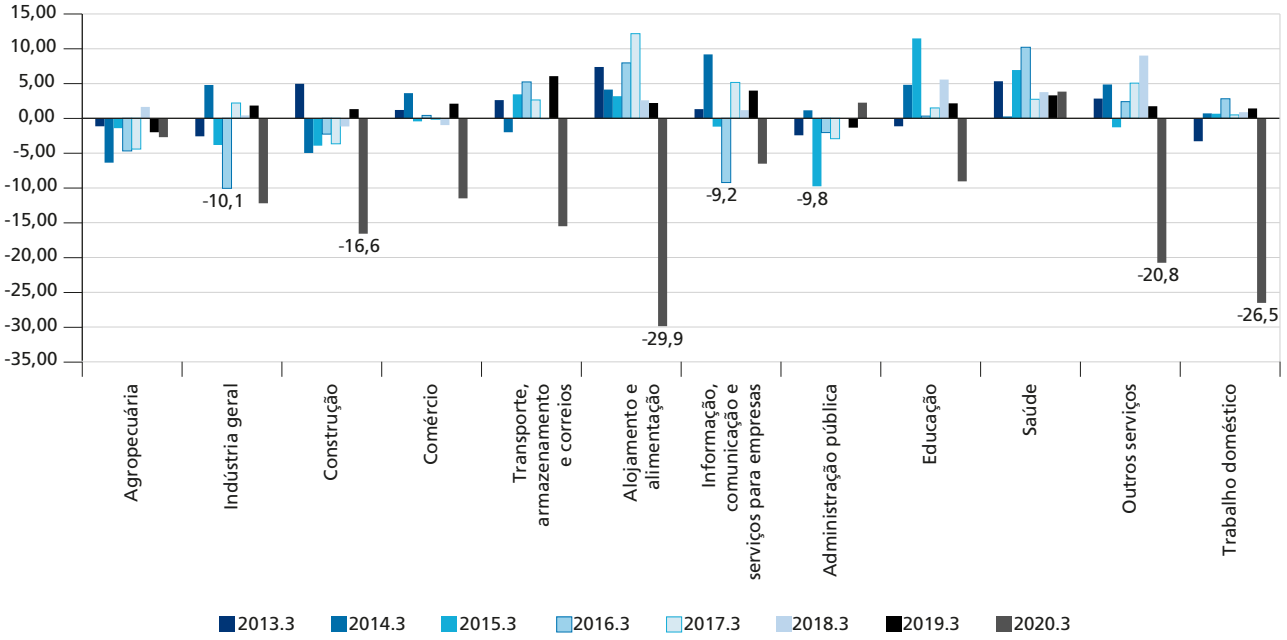
Por meio dos dados do Caged e da Rais, que, diferentemente da PNAD Contínua, são baseados em registros administrativos de todos os estabelecimentos e não em amostras domiciliares, podemos focar os vínculos formais do mercado de trabalho de forma mais completa. Os dados, apresentados no gráfico 11, foram trimestralizados para facilitar a comparação com os dados da PNAD Contínua.

À parte do trabalho doméstico, que, por ter forte componente de informalidade, não é bem captado por essas duas fontes, os resultados têm boa similaridade com os anteriores. Uma diferença a ser ressaltada é que, para a recessão de 2015-2016, o impacto negativo no emprego formal para os setores de indústria geral e construção foram mais expressivos do que para o período mais recente. Além disso, em geral, os resultados no gráfico 10 para a recessão de 2020 são mais graves que aqueles do gráfico 11. Essas duas observações corroboram a constatação anterior de que, até a publicação desta nota técnica, os efeitos da pandemia foram maiores no segmento informal do mercado de trabalho.

GRÁFICO 10

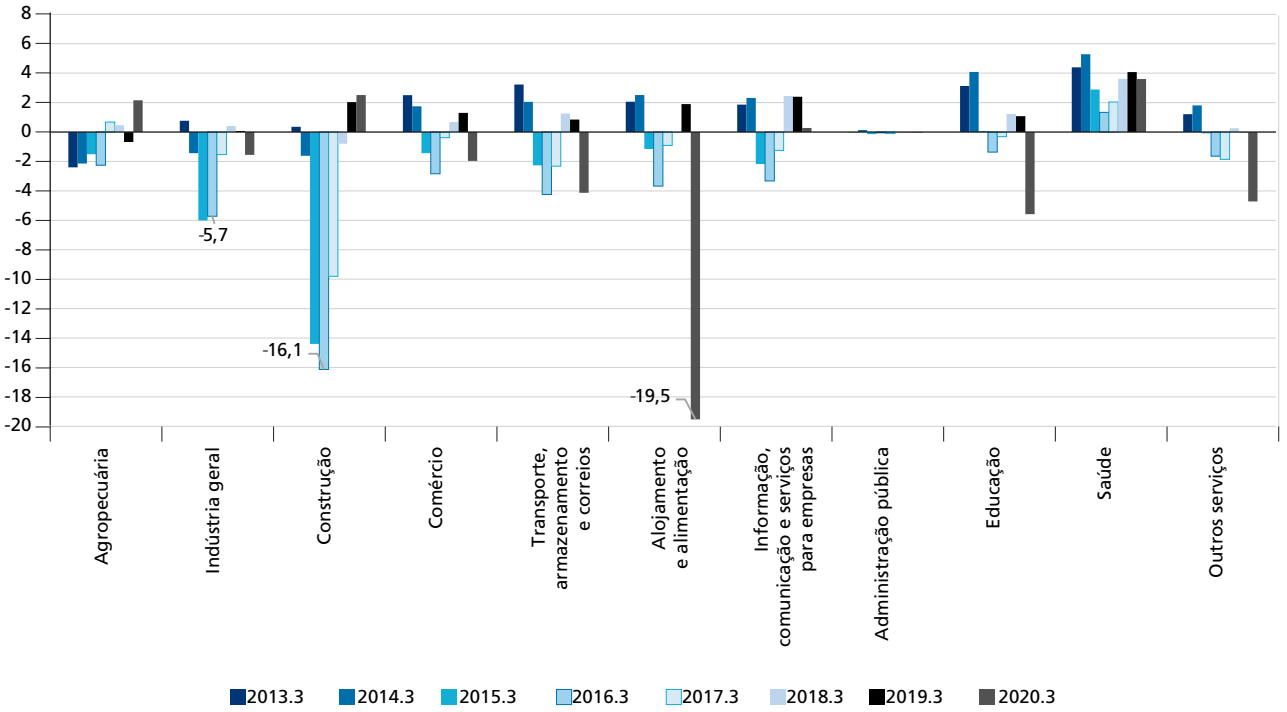
Variação interanual da população ocupada no terceiro trimestre, por setores de atividade (2013-2020)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

GRÁFICO 11
Variação interanual do saldo de vínculos no terceiro trimestre, por setor de atividade (2013-2020)
(Em %)



Fontes: Caged; e Rais (Ministério da Economia).

5 OS AJUSTES DA OCUPAÇÃO POR CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS DOS TRABALHADORES

Nesta seção, analisa-se o impacto das crises no mercado de trabalho segundo as características dos trabalhadores, uma vez mais com base nas informações da PNAD Contínua. O gráfico 12 mostra a série para a variação da população ocupada por gênero. Para a recessão de 2015-2016, observa-se um efeito diferenciado ao longo do período: os homens foram mais afetados no início e no final da crise, enquanto as mulheres foram as mais afetadas na fase intermediária. Interessante notar que, no período de recuperação pós-2016, as mulheres logram resultados sistematicamente superiores aos dos homens. Este processo chega ao final com a chegada da pandemia, quando as mulheres passam a apresentar maiores perdas de postos de trabalho. Um padrão bastante parecido é observado para a desagregação por grupos étnicos, conforme retratado no gráfico 13, com negros e indígenas apresentando um comportamento semelhante ao observado para as mulheres, enquanto o dos brancos e amarelos se parece com o dos homens.

O gráfico 14 novamente mostra a evolução da população ocupada segundo faixas etárias. Fica claro que a população mais jovem foi a mais afetada pela crise de 2015-2016. De forma até certo ponto surpreendente, os trabalhadores da terceira idade passaram quase ilesos por aquela crise, havendo-se melhor até que os trabalhadores em sua *prime age*. Por sua vez, na crise mais recente, todos perdem. Mesmo que os jovens ainda sejam os mais atingidos,[6] o panorama é distinto do observado na recessão anterior.

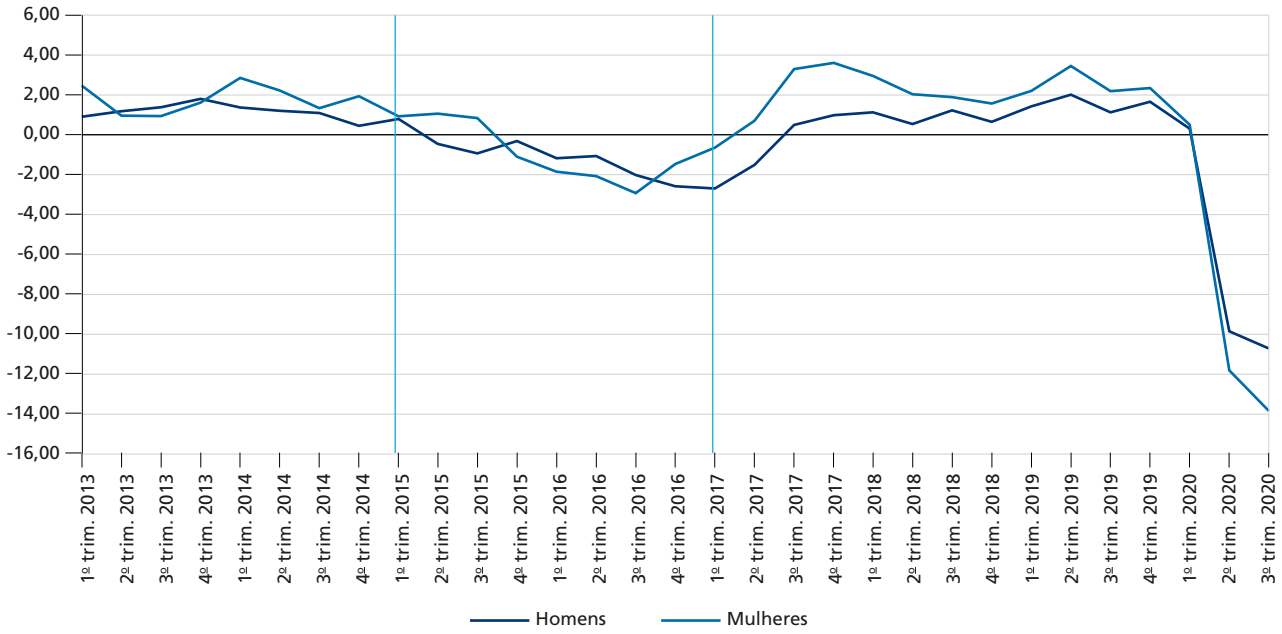
Os efeitos da retração de 2015-2016 sobre o emprego segundo níveis de escolaridade, conforme mostrado no gráfico 15, guardam alguma semelhança com os impactos de acordo com a idade: os trabalhadores com pouca escolaridade perdem postos de trabalho, enquanto os de média e alta instrução conseguem reter os seus empregos. É bem verdade que os segmentos de menor instrução já vinham perdendo espaço no mercado de trabalho antes da crise[7] e permaneceram perdendo posteriormente, mas essas perdas foram mais pronunciadas naquele biênio. Na crise mais recente, por sua vez, os trabalhadores com grau de instrução também passam a perder postos de trabalho – e de forma significativa –, fazendo com que a parcela da força de trabalho com alta escolaridade seja a única capaz de manter o

6. Corseuil e Franca (2020) comparam ambas as crises, com foco na população jovem, e mostram um aumento do desalento dessa população. Os autores sugerem políticas de reinserção no mercado de trabalho focadas nesse contingente para que se evitem efeitos negativos nas perspectivas profissionais desses trabalhadores.

7. Quedas na população ocupada de menor escolaridade não necessariamente representam perda de bem-estar desses trabalhadores e podem refletir uma maior escolarização dos trabalhadores no país.

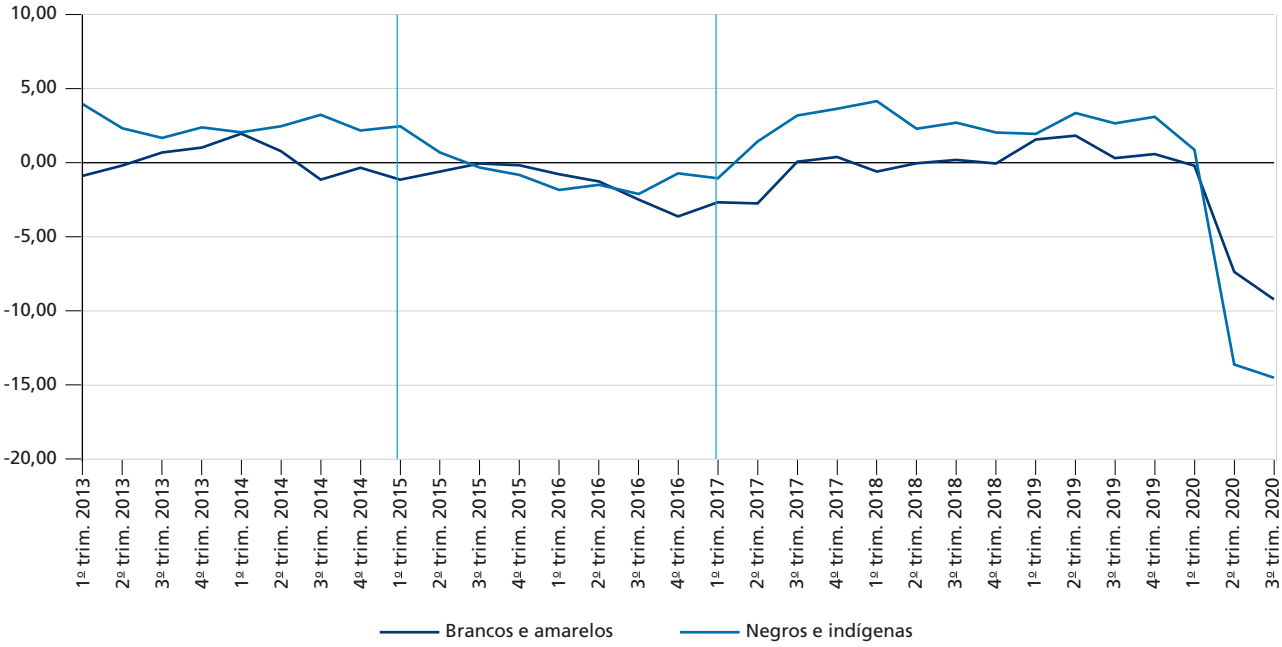
emprego até o momento. Uma maior dificuldade de reposição por ocasião de uma retomada, em função de treinamentos e conhecimentos específicos adquiridos na execução de suas funções, bem como uma maior maleabilidade para execução destas em regime de trabalho remoto, pode ajudar a explicar maior retenção desses trabalhadores.

GRÁFICO 12
Variação interanual da população ocupada, por gênero (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

GRÁFICO 13
Variação interanual da população ocupada, por raça/cor (2013-2020)
(Em %)

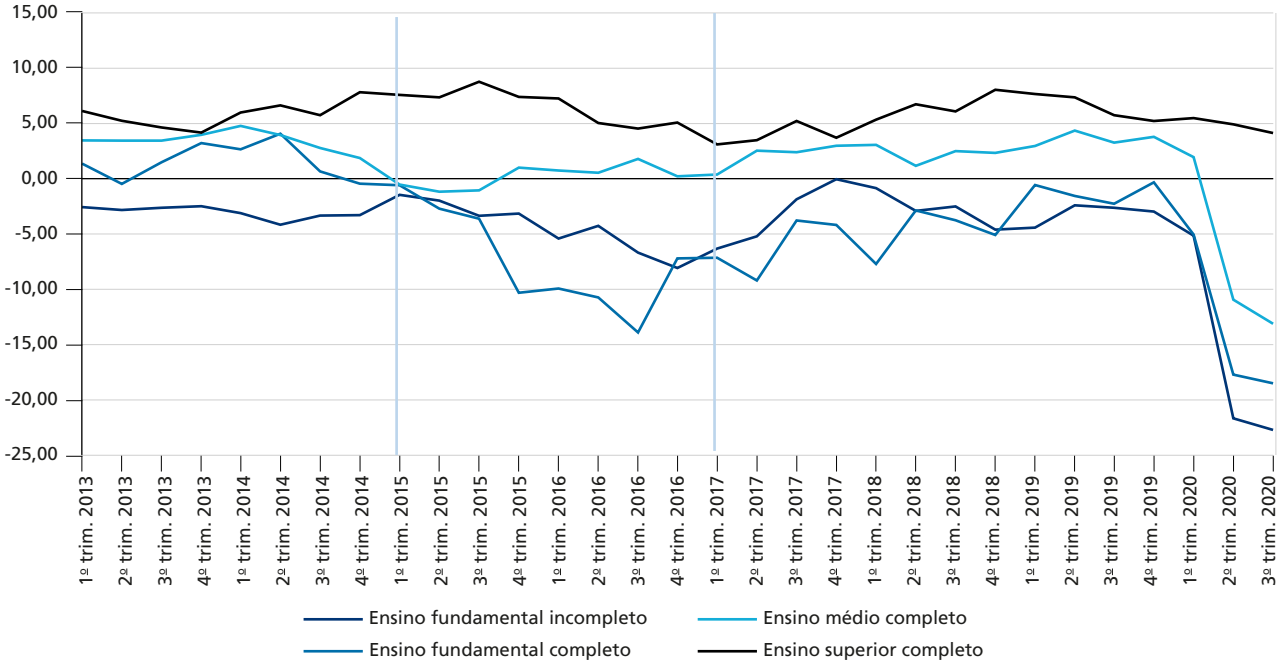


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

GRÁFICO 14
Variação interanual da população ocupada, por faixa de idade (2013-2020)
(Em %)

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

GRÁFICO 15
Variação interanual da população ocupada, por nível de escolaridade (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

6 OS AJUSTES NO RENDIMENTO E NA JORNADA DE TRABALHO

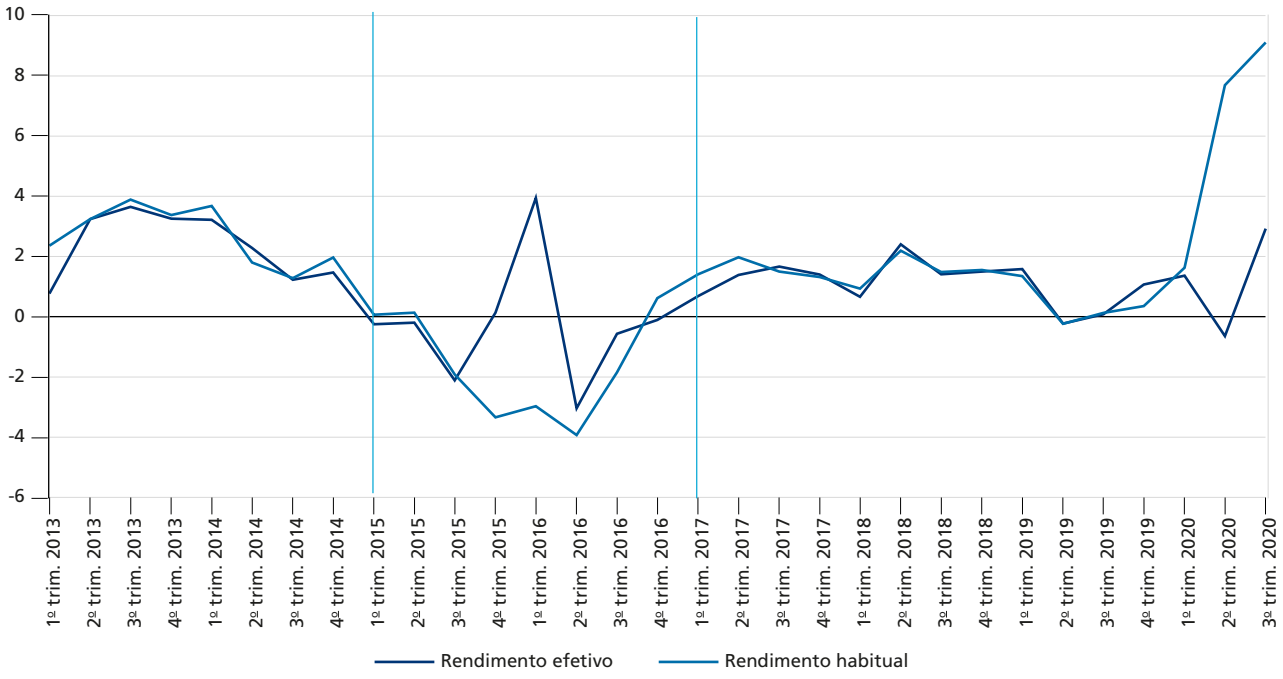
Os dados disponibilizados pela PNAD Contínua também permitem uma análise dos rendimentos do trabalho segundo duas definições: o habitual, rendimento que o trabalhador normalmente recebe; e o efetivo, que representa quanto o trabalhador realmente recebeu no mês de referência. O gráfico 16 mostra a variação interanual dos rendimentos habituais e efetivos de 2013 a 2020.

Durante a primeira crise da década, o rendimento habitual apresenta contração durante praticamente todo o período, retomando o crescimento a partir do último trimestre de 2016. A série do rendimento efetivo não pode ser facilmente analisada devido a mudanças em sua captação no quarto trimestre de 2015;[8] no entanto, ignorando o *outlier* de 2016, parece razoável afirmar que houve também um padrão de contração.

O segundo trimestre de 2020 apresenta a maior divergência já captada na série histórica entre os rendimentos habitual e efetivo. Essa diferença se reduziu no trimestre seguinte, porém ainda se mantém alta, quando comparada ao resto da série. Ao contrário da recessão de 2015, o rendimento habitual apresenta grande crescimento durante a crise mais recente, possivelmente como resultado da maior saída maciça da ocupação de trabalhadores com rendimentos mais baixos, principalmente aqueles informais e com educação mais precária, como identificado anteriormente. O rendimento efetivo, por sua vez, também é influenciado pela redução nas horas efetivamente trabalhadas no período, como se pode ver no gráfico 17, o que ajuda a explicar sua queda em um momento inicial.

Em condições normais, empregados sem carteira assinada podem ter suas jornadas reduzidas para que se diminuam os custos dos empregos, bem como trabalhadores conta própria podem diminuir sua jornada caso percebam que a demanda não justifica seus custos. Além disso, o governo editou medidas que flexibilizam os vínculos formais e que permitem também uma redução na jornada, como o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Acima de tudo, porém, a peculiaridade da crise do novo coronavírus, com as restrições de mobilidade e contato físico, faz com que a redução da jornada efetiva seja imperativa. Além disso, a velocidade com que a crise se instalou contribuiu para o descolamento entre as séries habitual e efetiva, contrastando com a recessão de 2015-2016, quando, além de não haver descolamento, o ajuste via encurtamento da jornada foi bem menos acentuado.

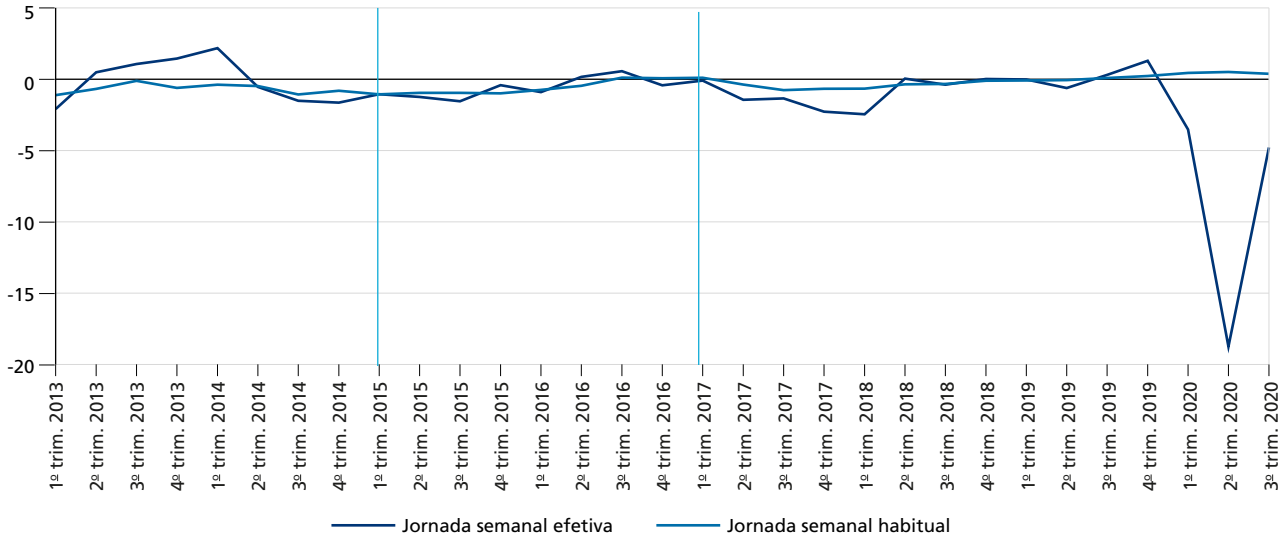
GRÁFICO 16
Variação interanual do rendimento efetivo e habitual de todos os trabalhos (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

8. A partir de outubro de 2015, houve uma reformulação no questionário da PNAD Contínua. Em relação ao rendimento efetivo, houve um esforço para se captar melhor o rendimento no período de referência. Para mais detalhes, ler nota técnica do IBGE (2017).

GRÁFICO 17
Variação interanual da jornada semanal média, efetiva e habitual, de todos os trabalhos (2013-2020)
(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

7 RESUMO E CONCLUSÕES

Neste estudo, buscou-se comparar os efeitos sobre o emprego de duas contrações recentes na atividade econômica: a recessão de 2015-2016 e o choque, em 2020, causado pelas medidas de enfrentamento da pandemia. Enquanto a primeira estendeu-se por um prolongado período, atingindo um pico negativo de -5,5% no crescimento do PIB no quarto trimestre de 2015, a segunda constitui um choque que levou a uma contração de 11,4% no segundo trimestre de 2020 (gráfico 1).

Ambas as crises resultaram em queda na parcela da população ocupada, mas a mais recente se destaca pela queda abrupta a partir do mês de março, resultando em uma diminuição de mais de 6 p.p. na taxa de ocupação, passando de 53,5% no quarto trimestre de 2019 para 47,1% no segundo trimestre de 2020 – no episódio anterior, a perda acumulada foi de cerca de 3 p.p. ao longo de sua duração (gráfico 2). A contrapartida foi uma elevação inédita na inatividade, com consequente redução da população economicamente ativa, levando a picos na taxa de desemprego e no desalento (gráficos 5 e 6).

Outro aspecto marcante do choque no emprego provocado pela pandemia é o impacto magnificado na ocupação informal (gráfico 7). Embora algo nessa direção tenha ocorrido no início da recessão de 2015-2016, a magnitude da queda foi muito maior no período recente: 15,6% no setor informal e 5,5% no segmento formal, no segundo trimestre de 2020. Como grupos mais vulneráveis tendem a estar super-representados na informalidade, os efeitos sobre a iniquidade associada ao choque são claros.

Durante os anos de 2015 e 2016, os setores de indústria geral e administração pública apresentaram maior queda de sua população ocupada. Por sua vez, durante a pandemia, os setores mais atingidos foram o de alojamento e alimentação e o de trabalho doméstico, com quedas bastante pronunciadas. Além destes, as atividades de transporte, armazenamento e correios, de educação e de comércio, que não haviam experimentado retração de monta na crise de 2015-2016, foram bastante afetadas pelo choque de 2020.

Os estratos com trabalhadores mais vulneráveis – jovens, mulheres, negros e pouca escolaridade, que tendem a ser prevalentes no setor informal – foram aqueles mais impactados pela perda de postos de trabalho associada ao choque de 2020 (gráficos 12 a 15). Em que pese o mesmo fato estilizado ter sido observado na recessão de 2015-2016, a dimensão das perdas correntes é muito maior.

Por fim, essa seletividade do impacto do emprego acabou traduzindo-se, via efeito composição, em uma elevação dos rendimentos habituais, distintamente do que foi observado na recessão anterior. Isso não foi transmitido para os rendimentos efetivos por conta da redução nas horas trabalhadas acarretada pelas restrições de mobilidade impostas pelas medidas de enfrentamento da pandemia, bem como pela redução da demanda e pelo auxílio financeiro do governo federal.

REFERÊNCIAS

CORSEUIL, C.; FRANCA, M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, n. 70, nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Alteração na forma de captação do rendimento efetivo de trabalho na PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Nota Técnica). Disponível em: <https://bit.ly/3iuhC4M>.

_____. **Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil**: 2º trimestre 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Divulgação especial PNAD Contínua). Disponível em: <https://bit.ly/39CRnX4>.

MOSCARINI, G.; POSTEL-VINAY, F. The Contribution of Large and Small Employers to Job Creation in Times of High and Low Unemployment. **American Economic Review**, v. 102, n. 6, p. 2509-2539, 2012.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial
Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia
Rafael Augusto Ferreira Cardoso
Samuel Elias de Souza

Supervisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Everson da Silva Moura

Editoração
Aeromilson Trajano de Mesquita
Cristiano Ferreira de Araújo
Danilo Leite de Macedo Tavares
Herllyson da Silva Souza
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em linux libertine 10/13 (texto)
Ubuntu bold (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Logotipo/slogan de governo removido em observancia ao disposto no art. 40 da Lei n 9.504/1997

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA